

RAÇA e CLASSE

AQUILOMBAR PARA REPARAR

“Entre eles, tudo que é produzido é distribuído de acordo com o trabalho e a necessidade de cada um.”

Este relato, feito por um capitão do mato infiltrado no Quilombo dos Palmares em 1694, revela o grande temor da elite da época: a possibilidade de construção de uma sociedade que era o oposto do mundo colonial. Liberdade no lugar da escravidão. Distribuição de riquezas ao invés do latifúndio e do monopólio.

Para nós do PSTU, essa é a principal lição deixada por Zumbi, Dandara e seus quilombolas: o fim do racismo passa, obrigatoriamente, pelo confronto direto com sistema que lucra com a opressão. A mesma lição dada por João Cândido quando bombardeou o governo federal na luta contra a chibata; por Luiza Mahin e os malês; pelos Balaio e Cabanos; pelos Lanceiros Negros; por Toussaint L'Ouverne e Sanite Belair na Revolução Haitiana.

Hoje, no Brasil, o povo negro está encerrando sua experiência com o PT e seu governo de conciliação de classes. Está voltando suas costas tanto para a casa grande quanto para seus capatazes e, ao mesmo tempo, colocando em xeque o mito da democracia racial, fundamental para alimentar as ilusões na democracia burguesa.

Isso nos obriga a discutir os métodos e os aliados que podemos ter para erguer novos quilombos. Acreditamos que para acabar com a herança maldita deixada por 380 anos de escravidão e pela diáspora africana é preciso retomar a luta por reparações históricas.

Não por reparações individuais ou migalhas de um sistema que já está podre. Queremos liberdade, igualdade plena, saúde, moradia, transporte e educação de qualidade. Queremos o fim do genocídio e da violência contra mulheres e LGBTs negras.

Para travarmos essa luta, já temos nossos protagonistas. São as mulheres negras que têm estado à frente de mobilizações país afora. São os jovens que estão se organizando nas periferias, ocupando escolas e resgatando o orgulho de nossa negritude, cultura e tradições.

Por isso, “*aquilombar pra reparar*” é o grito de guerra que faremos ecoar nas Marchas da Periferia neste Novembro Negro. Um grito pela organização e pela luta de negros e negras ao lado de seus verdadeiros aliados, os oprimidos e explorados.



JUVENTUDE

Quem tem direito à juventude no Brasil?

Considerações sobre o extermínio da juventude negra



ROSENVERCK E. SANTOS
MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO
RAÇA E CLASSE*

Daqui a 23 minutos um jovem negro será assassinado no Brasil. É isso que consta no relatório da CPI do Senado sobre o assassinato de jovens apresentado em 2016. No decorrer do ano, serão mortos mais de 23 mil jovens negros, entre 15 e 29 anos, pois essa é a média anual do extermínio em nosso país. Esse número é quatro vezes maior do que a taxa entre jovens brancos e reflete um padrão: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros, e 93% do sexo masculino.

Esse genocídio não é novo. O Mapa da Violência, que analisou dados entre 2002 e 2012, caracteriza que há uma “crescente seletividade social” em relação aos assassinatos: enquanto o número de mortes entre os brancos diminuiu, passando de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, as vítimas negras aumentaram de 29.656 para 41.127 no mesmo período.

PARA NEGROS E NEGRAS, SEQUER É POSSÍVEL SER JOVEM

Poderíamos citar milhares de dados e recortes de raça, classe, gênero, orientação sexual que só comprovariam o extermínio da juventude negra e pobre. Dados, inclusive, disponibilizados, sem nenhuma vergonha na cara, pelo próprio Ministério da Justiça dos governos do PSDB e do PT.

Isso não causa espanto para quem vive nas periferias do Brasil, onde, cotidianamente, os jovens estão sendo vitimados pela completa ausência de políticas públicas de educação, saúde, lazer, cultura e trabalho. O que nos leva à conclusão de que, no Brasil, nem todo jovem goza dos direitos e vantagens associados à juventude. A grande maioria não tem sequer o direito de ser jovem.

Algumas características do que é ser jovem foram construídas ao longo da história burguesa em torno das ideias de se ter a proteção familiar, estar incluído numa instituição educacional e, portanto, afastado do mundo do trabalho.

Para negros e negras, contudo, a história sempre foi diferente. Vivemos num país que tem uma política de extermínio da juventude negra cujas raízes estão na escravidão e há muito, principalmente desde da implementação da República, no final dos anos 1800, se apoia em teorias escravistas e capitalistas, como o discurso raciológico, que tipifica as pessoas a partir de sua raça, e eugenista, que estabelece a branquitude como padrão superior e civilizatório.

É diante de um histórico como este que devemos nos perguntar: a maior parte dos jovens negros tem a proteção familiar sem os problemas de desagregação social que vitima essas famílias? Tem inserção e permanência nas escolas? Não tem necessidade de trabalhar? Qual é o(a) jovem negro(a), filho(a) da classe trabalhadora com o privilégio quase exclusivo de se dedicar à cultura, ao lazer e ao estudo?

O PSTU entende que a juventude filha da classe trabalhadora, presente nas fileiras do movimento estudantil e moradora dos bairros periféricos e favelas – muitos ausentes da escola, mas pre-

sentes no mercado de trabalho precarizado e em movimentos de contracultura como o hip hop e os saraus – deve estar lado a lado na defesa de outro modelo de sociedade, ou seja, na construção do socialismo como garantia de uma nova concepção de juventude para si, adquirindo consciência de classe e identidade étnico-racial.

É preciso que se rompa com o “reino da necessidade”, transformando o mundo para ter garantido o direito de ser juventude. Para que negros e negras possam realmente ter sua juventude conquistada e, assim, não morram muito antes de chegarem à vida adulta, constituírem suas próprias famílias e terem os seus direitos sociais garantidos.

*Rosenverck Estrela Santos é graduado em História e mestre em Educação (2007) pela Universidade Federal do Maranhão, onde leciona no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afrobrasileiros. Verck é autor, dentre outros, de Juventude e periferia em tempos neoliberais: cultura, revolução e hip hop e HIP HOP Brasil: história e intervenções político-culturais.



SAÍDA

Um programa mínimo para a Juventude

- Redução da jornada dos trabalhadores jovens para que possam conciliar trabalho e estudo.
- Legalização e descriminalização das drogas, o que garantiria regulamentação, prescrição terapêutica e pesquisa científica para controle e diminuição dos malefícios sociais associados à dependência química.
- Libertação da arte e da cultura dos aparatos capitalistas por meio do acesso irrestrito.
- Sistema de cotas e ações afirmativas para a juventude negra nas universidades como luta inseparável do fim do vestibular e acesso irrestrito para entrar no ensino superior e, também, no mundo do trabalho.
- Transparência de dados sobre segurança pública e violência dos órgãos públicos; fim dos autos de resistência (termo utilizado por policiais que alegam estar se defendendo ao matar um suspeito) e fim da Polícia Militar.
- Defesa intransigente da escola pública, laica e gratuita, onde se discuta e seja eliminada a marginalização da juventude negra.

MULHERES

Mulheres negras não param de lutar

A opressão e a superexploração das mulheres e de negros faz da luta pela vida nossa força motivadora

CLAUDICÉIA DURANS
COORDENAÇÃO NACIONAL DO
QUILOMBO RAÇA E CLASSE

Em 2014, ocorreu um dos fatos mais cruéis da história de violência policial do país: Cláudia Ferreira, depois de morta, foi arrastada por policiais num carro pelas ruas do Rio de Janeiro. Até hoje, os policiais estão soltos e sequer foram a julgamento. Esse é mais um exemplo lamentável de homicídios de mulheres negras e da impunidade.

O último Mapa da Violência Contra Mulheres revelou que, entre 2003 e 2013 (ou seja, durante os governos de Lula e Dilma), houve um aumento de 54% de assassinatos de mulheres negras (contra uma queda de 9,8% entre as brancas). Como também sabemos que a violência contra lésbicas e transexuais negras sempre explode de forma mais cruel.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen, 2000-14), o Brasil é o quinto país do mundo em população carcerária feminina. As negras são dois terços do total, sendo que 50% têm entre 18 e 29 anos, são pobres, com baixa escolarização e têm filhos para sustentar.

Além disso, num país onde 77% dos assassinatos são de jovens negros, o que significa o absurdo número de 56 mil vítimas por ano, nossas mulheres sofrem cotidianamente com a perda de seus filhos, irmãos, pais, companheiros e amigos.

MULHERES QUE HÁ MUITO SONHAM E LUTAM

As mulheres negras têm protagonizado muitas lutas recentes. Nas cidades e periferias, têm enfrentado a polícia. No campo, não param de lutar contra o latifúndio em defesa de seus territórios e quilombos. Também estão nas ocupações de escolas em defesa da educação pública de qualidade e contra o projeto Escola Sem Partido. As negras também estão nas lutas contra as desigualdades no trabalho que tentam aprisioná-las ao serviço domésti-



co, à terceirização, à precarização e aos trabalhos informais.

Para lutar, mulheres negras também têm construído diversas formas de organização. São coletivos, grupos de hip hop, organizações quilombolas e populares que também têm contribuído para a construção da identidade, dando visibilidade à ancestralidade na África, em que sempre tivemos papel destacado, seja na divisão social do trabalho, baseada no matriarcado, seja na preservação e no exercício das religiões de matriz afro que sempre cumpriram um importante papel de resistência para nosso povo.

Nossa história não é só de dores e sofrimentos. É uma história de guerreiras. É a história de Aqualtune, Acotirene, Dandara, Tereza de Benguela, Luiza Mahin e tantas outras.

UMA LUTA DE RAÇA, CLASSE, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Até hoje, porém, setores dos movimentos feministas insistem em desmerecer nossa trajetória, omitindo a pluralidade no interior do movimento de mulheres, não reconhecendo a centralidade de raça e classe no debate de gênero e adotando uma orientação eurocêntrica, o que faz com que temas que nos afetam diretamente sejam invisibilizados e secundarizados.

Essa posição reflete preconceitos e é alimentada por ideologias racistas como o mito da democracia racial e a teoria do branqueamento, que identificam nosso povo como símbolo do atraso e da incapacidade. Infelizmente, isso também está presente em parte da esquerda brasileira, que se distancia da realidade, das necessidades e formas de luta e organização das mulheres negras.

Reverter isso é parte fundamental de nossas lutas. No capitalismo, já vivemos à nossa própria sorte, sendo vitimadas pelo racismo institucionalizado e por governos que se recusam a adotar políticas públicas que, de fato, criem melhores condições de vida, através da titulação de terras, políticas de erradicação de epidemia, como zika vírus, dengue, programa de emprego e renda, mais hospitais, postos de saúde, escolas, creches, transportes públicos e moradias dignas.

Para tal, contudo, é preciso a unidade entre todos os oprimidos e explorados. É preciso que brancas e brancos, homens em geral, LGBTs e demais setores dos trabalhadores e da juventude incorporem nossas pautas e demandas.

Essa é uma necessidade ainda maior nos dias de hoje. Não por acharmos que há uma avassaladora onda conservadora no país, mas porque temos certeza de que, diante da crise, o capitalismo tenta oprimir mais para explorar mais. Antes com Lula e Dilma, hoje com Temer e suas reformas que, de forma ainda mais profunda, ataca as mulheres negras. Mas temos história. E ela nos mostra que é possível resistir e avançar.



MOVIMENTO

Uma onda negra varre o país



HERTZ DIAS
SECRETARIA DE NACIONAL DE
NEGROS E NEGRAS DO PSTU

Cada vez mais, estamos vendo lutas negras ganhando o país. São protestos diretamente contra o racismo; rebeliões populares, por moradia e contra a violência policial; mobilizações de terceirizados e dos mais precarizados; ocupações e resistência quilombolas; uma crescente rebeldia da juventude, de LGBTs e de mulheres negras, que explodem em lutas e num vigoroso resgate de nossa ancestralidade, cultura e história, principalmente nas periferias.

SACUDINDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Esse fenômeno pode ajudar a definir os rumos da luta de classes em nosso país, já que são esses homens e mulheres os mais oprimidos e explorados. Um dos fatores que explica essa onda negra é a crise do mito da democracia racial. A tentativa de invisibilizar ou negar o racismo no Brasil jogava em negros e negras a culpa pelos males do capitalismo sob alegação de uma suposta inferioridade que teríamos para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo sistema.

Essa ideologia está perdendo força. Num livro publicado em 2006, Reginald Daniel, da Universidade da Califórnia, defende que, enquanto os EUA estão importando o mito da democracia racial para tentar suavizar os seus conflitos raciais, no Brasil cresce o orgulho negro. É o que estamos lendo nas pesquisas, vendo no crescente resgate da identidade negra e escutando nas lutas e nas ruas: “Sou negro(a), sim!”

ROMPENDO COM ILUSÕES

A onda negra também tem origem na ruptura do povo negro com o PT, que criou a ilusão de que seria possível alcançar a igualdade racial sem romper com o capitalismo, mas, na prática, atuou no sentido inverso: deformou o Estatuto da Igualdade Racial, criou a Força Nacional (em 2004), militarizou dezenas de bairros negros, invadiu o Haiti, reduziu as titulações dos territórios quilombolas e, ainda, colocou Kátia Abreu, uma legítima representante dos senhores de escravos, no governo.

Tudo isso foi mergulhado em políticas neoliberais que atacaram ainda mais as condições de vida dos que já são historicamente marginalizados. O resultado não poderia ser outro. A população carcerária saltou para 715.655 presos (a terceira maior do planeta), sendo 60% ne-



De cima à baixo: manifestação dos garís cariocas logo após as Jornadas de Junho de 2013; passeata de trabalhadores do Comperj; manifestação de moradores do Pavão Pavãozinho, no Rio, em protesto contra o assassinato do dançarino DG

gros. O Mapa da Violência revelou que, entre 2002 e 2012, cerca de 272 mil negros foram assassinados no país. A opção do PT em governar para a burguesia branca ajudou a derrubar a ideia do Brasil como paraíso da democracia racial.

COM OS OPRESSORES NÃO HÁ CORDIALIDADE POSSÍVEL

Para a maioria da esquerda, o Brasil estaria mergulhado numa onda conservadora, e a consciência dos trabalhadores e da juventude teria retrocedido por-

que não se mobilizaram para impedir o impeachment de Dilma. Essa visão, além de vitimizar o PT, é machista e racista, já que menospreza lutas importantes que têm tido mulheres jovens e negras na vanguarda.

Pelo contrário, a ruptura com o PT, com os partidos do regime e com o mito da democracia racial é o que ajuda a explicar por que o pedreiro Amarildo se transformou no símbolo de luta contra o genocídio negro. Ou por que o Pavão Pavãozinho parou Copacabana por mais de 48 horas em protesto contra a morte do dançarino DG.

Explica, também, porque os quilombolas do Maranhão criaram o Movimento Moquibom e iniciaram a retomada de seus territórios históricos. Por que, em pleno carnaval carioca, garís negros realizaram uma greve histórica. Como também o que motivou adolescentes negros a protagonizarem os rolezinhos e, ocupando as escolas, derrotarem o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB).

QUE OS VENTOS SOPREM! QUE A ONDA AUMENTE!

Os ventos das Jornadas de Junho de 2013 continuam soprando forte nas periferias, onde a luta pela sobrevivência se choca contra dois mitos: o da democracia racial e o da democracia burguesa.

Contra tudo isso, a burguesia reage ofensivamente. Ela quer destruir nossos direitos e restabelecer o controle social sobre os mais pobres em meio a uma forte crise capitalista que já contabiliza 13 milhões de desempregados. Dilma falhou nesse propósito. Por isso, colocaram Temer em seu lugar.

Logo após as Jornadas de Junho, desengavetaram o PL da redução da maioria penal para criminalizar nossos adolescentes. O projeto Escola sem Partido e a reforma do ensino médio também vieram à tona no calor da onda de ocupações de escolas que varreu o país. A escola é a principal instituição de reprodução do pensamento racista, machista e LGBTfóbico. Querem cortar verbas, mas manter o modelo branco, burguês, cristão e patriarcal de sociedade.

Para o PSTU, essa onda de lutas negra, feminina, LGBT, jovem e proletária que aquilomba o Brasil e questiona o regime é muito importante. É com esse sentimento que queremos construir um Novembro Negro revolucionário e classista para derrotar Temer e todos os corruptos. É para isso que vamos marchar nas periferias. Nenhum passo atrás, negrada!

ORGANIZAÇÃO

Aquilombar para reparar os crimes do capitalismo



Reunião de negros no Encontro Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores, da CSP-Conlutas

HERTZ DIAS E JULIO CONDAQUE,
SECRETARIA DE NACIONAL DE
NEGROS E NEGRAS DO PSTU

Em 2001, foi realizada, em Durban, África do Sul, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Para a ONU e os organizadores do evento, realizar a conferência no país que havia derrotado a *apartheid* era muito simbólico: queriam dar a impressão de que o imperialismo finalmente estaria disposto a passar a lâmina na própria carne e reparar seus crimes.

Apesar de ser uma ilusão esperar algo assim de um sistema que se construiu sobre o racismo, uma esmagadora maioria das organizações dos movimentos negros não só acreditou nisso como, depois, passou a celebrar a conferência como um marco histórico na luta contra o racismo.

Contudo, na verdade, o que aconteceu foi justamente o contrário: Durban significou uma grande derrota, senão para o movimento negro institucionalizado, com certeza para o proletariado e jovens negros mundo afora.

O CAPITALISMO NÃO QUER NEM VAI REPARAR SEUS CRIMES

A política de reparações históricas já foi uma bandeira defendida por amplos



Temer e sua equipe, formada exclusivamente por homens brancos

setores do movimento e, inclusive, nações africanas. O princípio geral é que a escravidão, a diáspora forçada, o tráfico negreiro, o neocolonialismo, o saque e a Partilha da África (1884/85) foram crimes de Estado contra a humanidade.

Diante do verdadeiro holocausto promovido por tudo isso, países africanos, por exemplo, exigiam a suspensão do pagamento de suas dívidas. Mundo afora, particularmente na América Latina, onde as veias e feridas abertas pelo processo de colonização continuavam sangrando, movimentos negros reivindicavam reparações sociais, com investimentos na saúde, educação, transporte, moradia etc.

Foi essa perspectiva que foi esmagada na conferência. Nada disso jamais esteve nos planos das nações europeias e imperialistas. Muitas delas, entendendo que a reivindicação por reparações poderia

atingir o coração do sistema, ameaçaram se retirar da conferência caso elas fossem aprovadas. Uma chantagem que teve entre seus principais porta-vozes o Estado de Israel, que também estava sendo cobrado por seus crimes na Palestina.

Infelizmente, a maioria das delegações sucumbiu à pressão, e as reparações foram retiradas das resoluções, inclusive com o lamentável apoio da delegação brasileira, a maior da conferência e responsável pela relatoria do evento.

REPARAR OS CRIMES OU REFORMAR O SISTEMA?

A política de reparações sumiu da agenda da maioria dos movimentos, muitos deles embalados pela ideia de que é possível acabar com o racismo com reformas no sistema ou até em parceria com os herdeiros dos traficantes e escravocratas.

A defesa de reparações, no entanto, está voltando para a pauta no Brasil e em outros cantos do mundo. Muitos, como nós do PSTU, defendem que essa luta só pode ser feita com a perspectiva de ruptura com o capitalismo. Não há como fazer justiça aos jovens assassinados pelas polícias de Baltimore e Ferguson nos EUA, na Zona Leste de São Paulo, nas quebradas e comunidades do Rio, nas ruas da Europa, sem se voltar contra as instituições do Estado que os promoveram e os encobertaram.

Não há como acabar com a fome extrema, as doenças e a miséria que corroem a África sem por para correr aqueles que lucram com essa barbárie. Para que não vejamos mais milhares de imigrantes morrerem em navios que em tudo lembram os negreiros escravocratas ou sofrerem com a xenofobia, é preciso cortar as raízes do sistema que provoca os conflitos e os problemas sociais que os expulsam de suas terras. A única forma de fazer justiça por séculos de violência e abusos contra nossas mulheres e crianças é garantindo que as gerações futuras não serão submetidas a esses sofrimentos.

LUTAR, AQUILOMBAR E REPARAR

As reparações que queremos e precisamos só podem ser arrancadas no combate frontal ao capitalismo e em unidade com as mulheres, os LGBTs, os povos indígenas e quilombolas; em solidariedade com haitianos, palestinos e todos os povos em luta. E, acima de tudo, lado a lado com os trabalhadores e os movimentos estudantil, popular, sem-terra e demais setores explorados.

Por isso, hoje, 15 anos depois da Conferência de Durban, queremos resgatar a política de reparações históricas, apresentando-a como tema central das Marchas da Periferia. Mas não estaremos nas ruas somente no 20 de novembro defendendo que é preciso aquilombar para reparar.

O que precisamos é organizar negros e negras onde quer que estejam, aquilombando-os em conselhos populares que articulem e organizem não só a luta contra o racismo, mas também contra reformas antipopulares do governo Temer (PMDB) e todas as demais mazelas do capitalismo. O que precisamos é um quilombo socialista. Um governo a serviço dos trabalhadores e de todos os setores oprimidos e explorados. Só então nossa história poderá ser reparada.

IMIGRANTES

Ninguém é ilegal!



WILSON HONÓRIO DA SILVA
SECRETARIA NACIONAL DE
FORMAÇÃO DO PSTU

No final de 2015, segundo as Nações Unidas, 244 milhões de pessoas estavam vivendo fora de seus países de origem, sendo que 20 milhões delas eram refugiados por perseguição política, conflitos armados, opressão ou questões humanitárias etc.). Um número que certamente está distante da realidade, dada a ilegalidade e clandestinidade que caracterizam os processos migratórios.

Esse é o maior número de pessoas deslocadas de seus lares desde a Segunda Guerra Mundial. A relação disso com o aprofundamento da crise capitalista é evidente: em 2000, eram 173 milhões; em 2005, 191 milhões; em 2010, 222 milhões.

Ainda segundo a ONU, 48% dos imigrantes são mulheres e, quanto mais pobre a região, mais jovens eles são. Do total, 65% (157 milhões de pessoas) saíram dos países que a ONU classifica como de rendimento médio ou em desenvolvimento, e a maioria (175 milhões) tem origem em regiões de maioria não branca: Ásia (104 milhões), América Latina e Caribe (37 milhões) e África (34 milhões).

XENOFOBIA MATA

Sempre que falamos dessa situação, vem à nossa mente uma frase do psiquiatra e militante marxista Franz Fanon em *Os condenados da Terra* (1961): “O racismo burguês ocidental com relação ao negro e ao árabe é um racismo de desprezo; é um racismo que minimiza (...) é um racismo de defesa, um racismo baseado no medo”.

Motivados pela ganância que caracteriza o capitalismo desde sempre e pela necessidade de oprimir mais para explo-



Imigrantes sobre uma cerca na fronteira da Espanha

rar mais, a burguesia e seus representantes nos governos mundo afora têm atuado exatamente dessa forma em relação aos imigrantes. Tratam com hipocrisia e desprezo o fato de que somente este ano já tenham sido registrados 3.930 mortes ou desaparecimentos de imigrantes no Mar Mediterrâneo (em 2015, foram 3.777).

Minimizam sua responsabilidade por essa catástrofe, culpando os próprios imigrantes por suas ações desesperadas em busca da sobrevivência. E, ainda, estimulam a xenofobia (a desconfiança, medo ou antipatia por estrangeiros) para dividir os trabalhadores e a juventude, que acabam se digladiando pelos mesmos empregos e serviços, ao invés de se unirem contra o inimigo comum.

O resultado não poderia ser outro. Aqueles e aquelas que sobrevivem à travessia dos mares na Europa e aos coiotes que atravessam homens e mulheres a peso de ouro e em situações

degradantes e perigosas pelas fronteiras da América Latina, da África e da Ásia, enfrentam a miséria, o desemprego, o subemprego e a violência nos países para onde migram.

A ILEGALIDADE E A HIPOCRISIA DO CAPITAL

No início desta semana, a imprensa burguesa celebrou o desmonte do acampamento de refugiados instalado em Calais, no norte da França, que era conhecido como “A Selva” em função de suas condições extremamente desumanas. O desmonte não foi acompanhado de nenhuma alternativa para os refugiados e, por isso, desde então, milhares de pessoas estão vagando pela região.

A resposta do presidente François Hollande e da prefeita de Paris Anne Hidalgo, ambos do velho e reformista Partido Socialista, foi exemplar: no dia 31 de outubro, um batalhão de choque foi usado para dispersar 2.500 homens, mu-

lheres e crianças que dormiam ao relento nos arredores de Paris. Uma postura não muito diferente dos novos reformistas, como o Syriza, que governa a Grécia e não só mantém os campos de detenção de deportados abertos como também uma cerca de arame de 11 quilômetros protegendo suas fronteiras.

Também vale lembrar que o primeiro presidente negro dos EUA é também o que mais deportou imigrantes na história do país. Nos seus primeiros seis anos no governo, Obama expulsou mais imigrantes do que George Bush em oito anos. Foram 2,4 milhões entre 2009 e 2014. A previsão é que, até o fim de 2016, outros 3,2 milhões sejam deportados.

O aumento da crise e das restrições impostas pelos países imperialistas também têm provocado o aumento da imigração para e na América Latina. Aqui no Brasil (leia entrevista ao lado), haitianos e africanos são os exemplos mais visíveis dessa situação.

Em todos os cantos do mundo, uma hipocrisia criminosa ronda essa história. Quando precisam de mão de obra barata e menos qualificada, as restrições à imigração são relaxadas. Agora, com o aumento da crise, ao mesmo tempo em que as fronteiras se fecham, aqueles que conseguem entrar nos países são submetidos ao subemprego, ao trabalho análogo à escravidão e à toda forma de violência. Em todos os casos, a burguesia sai lucrando.

Por isso, também precisamos aqui-lombar o mundo. É preciso construir uma sociedade sem fronteiras físicas ou socioeconômicas. Um mundo onde a miséria, a superexploração, a opressão e a violência contra os povos sejam consideradas ilegais. E não as pessoas.



HAITI

“Juntos fazemos a diferença”

Entrevistamos Fedo Bacourt, coordenador da União Social dos Imigrantes Haitiano (USIH), entidade filiada à CSP-Conlutas, que nos falou sobre a dura vida dos imigrantes em nosso país, o racismo e a xenofobia, a ocupação iniciada pelos governos petistas, o porquê, agora, muitos haitianos estão deixando o Brasil e a necessidade dos imigrantes de se organizarem



JOÃO PEDRO MENDONÇA
SECRETARIA DE NEGROS E NEGRAS
DO PSTU-SP

Quais foram os motivos para você imigrar para o Brasil?

Fedo – Cheguei ao Brasil há três anos, com a esperança de melhorar minha vida. Pensava em atuar como professor de Línguas e de História, como no Haiti, mas a única oportunidade que se abriu, como para muitos homens haitianos, foi na construção civil, como ajudante e, depois, apontador. Isso doi no coração. Além de não atuar na minha área, estou desempregado há quatro meses e até hoje não recebi meus direitos trabalhistas.

Por que você acha que os haitianos não conseguem emprego de acordo com as suas qualificações?

Quando chegamos aqui, não estamos nessa crise que fechou muitas empresas, atingindo muitos brasileiros. No nosso caso, além de sermos estrangeiros, também somos negros. E sofremos muito com isto. O Haiti é um país negro e não convivíamos com o racismo que vemos aqui cotidianamente. Por tudo isso, muitos de nós estão deixando o Brasil.

Quais são os destinos dos haitianos que estão saindo do Brasil?

O principal destino é os Estados Unidos. Muitos retornam pro Haiti, outros vão para o Chile, Guiana Francesa ou República Dominicana. Na Guiana, há problemas em relação à documentação, porém é um país de negros e não enfrentamos o racismo que sofremos aqui. Já na República Dominicana, mesmo havendo racismo, é possível trabalhar no turismo.

E para as mulheres haitianas, quais são os principais desafios?

No começo, o acesso à saúde era o principal problema, mas agora o desafio é conseguir emprego. Elas geralmente não falam português e acabam sendo usadas pela maioria das empresas. Trabalham ser carteira assinada e são

demitidas sem receber direitos. Muitas só conseguem trabalhar nos setores de limpeza ou como ajudantes de cozinha.

O que você acha da Minustah (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti) e da ocupação de seu país por tropas lideradas pelo Brasil desde 2004?

A Minustah é liderada pelo Brasil, mas são os Estados Unidos que realmente chefiam e tiram proveito dessa intervenção militar. É como se o governo brasileiro fosse uma marionete nas mãos dos Estados Unidos. Eles dizem que estão lá pra estabelecer a paz e dar segurança ao povo, mas ninguém viu nada disto até agora! Militares armados são pessoas preparadas para a guerra. Eles atuam para oprimir o povo, esturpam nossos jovens e roubam os poucos bens do povo. Na verdade, são forças armadas para a proteção dos bens dos Estados Unidos, dos países imperialistas e de gente como Bill Clinton, George Bush e Bill Gates, que têm terras e empresas no país.

Qual a relação do drama dos haitianos, a ocupação militar e a Revolução de 1804, a primeira revolução negra triunfante do mundo?

Desde a libertação de 1804, o Haiti paga um alto preço pela sua ousadia revolucionária e pelo fato de também termos ajudado na libertação de outros países, como a Venezuela. As grandes potências não querem que o Haiti cresça. Hoje, o Haiti é dos países em piores condições na América Latina, para não dizer do mundo inteiro. Para que sejamos livres é necessário colocar os opressores pra fora do Haiti para que nós mesmos possamos decidir sobre nossos destinos. Como diz a bandeira haitiana, é preciso que o povo se una para ser livre.

Qual a sua mensagem para todos os imigrantes haitianos?

A nossa luta é bem grande, especialmente por não estarmos no nosso

país e, hoje, sermos negros imigrantes. Mas não vamos desistir, pois somos seres humanos e temos que ter direitos iguais na educação, na saúde, no trabalho etc., independente do lugar e do país em que estejamos. Como também dizemos no Haiti. Juntos fazemos a diferença: *ensemble, nous faisons la différence!*



AJUDE A USIH!

Ajude os Imigrantes haitianos!

Hoje, a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH) conseguiu uma sede no centro de São Paulo, mas, em contrapartida, precisa reformá-la até o fim do ano. Caso contrário, poderão perdê-la e ainda arcar com custos. Eles precisam, no mínimo, de R\$ 30 mil. Contribua com a campanha através da Vakinha :



<https://goo.gl/Qmn9Nj>

PARTIDO

Aquilombe-se: Venha para o PSTU!



WILSON HONÓRIO DA SILVA
SECRETARIA NACIONAL DE
FORMAÇÃO DO PSTU

Em *Quilombos: resistência ao escravismo* (1993), Clóvis Moura nos lembra de que a quilombagem “*não foi uma manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente*”.

Palmares foi o exemplo mais acabado disso. Sua resistência durante cerca de 100 anos se sustentou na organização em mocambos (núcleos de povoamento), na autodefesa e na atuação com aliados que incluíam desde soldados desertores, indígenas e portugueses empobrecidos até gente per-



seguida pela justiça e pela inquisição religiosa. A mesma ideia foi levada a cabo por João Cândido quando formou um comitê central para organizar a Revolta da Chibata; pelos negros e negras

que, há exatos 50 anos, fundaram os Panteras Negras, apoiados na organização comunitária; pelos revolucionários haitianos ou os rebeldes Malês, os Balaio e os Cabanos.

Precisamos de um quilombo socialista

Muitos destes movimentos foram marcados pelas limitações de sua época, de seu programa ou sua perspectiva política. Contudo, todos têm algo que se mantém vivo: aquilombar sempre significou se organizar para lutar pela mudança radical do mundo, a única forma de se travar uma luta consequente contra o racismo.

Hoje, quando o capitalismo está naufragando a humanidade em sua própria podridão, essa é uma necessidade ainda

maior. Negros e negras sabem disso. Por isso, estão criando novas organizações, como o “Vidas negras importam”, nos EUA. Organizam-se nas periferias, nos saraus e nos movimentos hip hop, em coletivos e no interior dos movimentos popular, estudantil e sindical.

Contudo, a própria realidade impõe que avancem nossas formas de organização e métodos de luta. O capitalismo é um sistema internacional, que controla todos os aspectos da sociedade, constrói

instituições para se manter no poder e, inclusive, para criar e propagar as ideologias racistas, machistas e LGBTfóbicas para dividir os trabalhadores e a juventude e garantir seus lucros e sua existência.

É diante de um inimigo como esse que precisamos construir um instrumento de luta que seja capaz de fazer frente à burguesia em todos os campos. E a história demonstra que esse instrumento só pode ser um partido revolucionário e socialista.

PROGRAMA

A Revolução será negra ou não será

Não temos dúvidas de que, hoje, existem muitos motivos para que se desconfie que qualquer partido possa cumprir esse papel. A maioria de “não-votos” (brancos, nulos e abstenções) é um reflexo disso. E bastante progressivo, na medida em significou o questionamento tanto aos partidos da casa grande quanto a seus capatazes abrigados no PT. Ninguém da esquerda pode menosprezar, também, o papel nefasto que reformistas, stalinistas e suas variantes cumpriram no que se refere ao combate ao racismo e às opressões em geral.

Nós, do PSTU, desde sempre lutamos para construir uma história diferente. Esse é o compromisso que reafirmamos no IV Encontro de Negros e Negras do partido, realizado em 2015 sob o lema “*A revolução será negra ou não será*”. Ou seja, assim como Marx, temos certeza de que os trabalhadores e os jovens brancos só poderão se dizer livres e que a revolução só será de fato vitoriosa quando nenhum negro ou negra continuar aprisionado às correntes do racismo.

É para lutar por isso que precisamos de um partido cada vez mais inserido nas periferias, proletário, negro, feminino e LGBT. Um partido que seja mais do que um refúgio para os oprimidos, mas um lugar onde possamos fazer avançar a consciência de raça e classe e alimentar a conspiração e a rebeldia permanentes contra o sistema.

Então, fica aqui o nosso convite: Aquilombe-se! Venha para o PSTU!



O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Um debate marxista sobre raça, classe e identidade

O mito da democracia racial é uma ideologia construída há mais de um século e até hoje difundida, com raras exceções, nas escolas, universidades, TV, na arte e na cultura em geral. O mito diz que nosso país vive uma verdadeira democracia entre as raças cuja máxima expressão seria o “mestiço”, fruto de relações harmônicas entre escravas e senhores de engenho. Assim, mais de três séculos de estupros são transformados em uma suposta relação harmônica. A luta contra o nefasto mito da democracia racial foi o que motivou a editora Sundermann publicar a obra “O Mito da Democracia Racial: Um debate Marxista sobre raça, classe e identidade” de Wilson H. da Silva. O livro reúne uma série de artigos onde o autor questiona diversos aspectos da questão racial, como suas origens históricas, a história da tradição marxista no combate ao racismo e a adoção do mito da democracia racial pela intelectualidade brasileira.

